

A QUESTÃO DA TERRA NO VALE DO PARAÍBA: HISTÓRIA DE UM ASSENTAMENTO DO MST

ADIR DE ALMEIDA MOTA*

NOVA ESPERANÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA PELA TERRA

Frequentemente São José dos Campos, assim como boa parte de suas cidades vizinhas, é propagandeada por sua exuberância industrial e tecnológica. Suas características rurais são sempre expostas como algo pertencente exclusivamente ao passado. Entretanto, o meio rural joseense é parte viva da atualidade vale-paraibana dentro de uma nova ótica onde o rural e o urbano estão estritamente ligados, assim como também, o movimento operário-camponês.

A região do Vale do Paraíba é historicamente reconhecida por se inserir na grande produção de café do século XIX até o período da república velha, com destaque para Lorena e Taubaté, entrando em decadência em função da crise econômica 1929 (RICCI, 2000). Para superar a crise do capitalismo, que no Brasil resumia-se ao meio agrário, a política econômica do governo Vargas (1930-1945) voltou-se fundamentalmente para a industrialização. Neste contexto, das 39 cidades que compõem o Vale do Paraíba, São José dos Campos foi privilegiado, ao contrário dos tempos áureos do café: “de cidade sem maior expressão na região do Vale do Paraíba do Sul, à pólo regional do Estado de São Paulo e do Brasil”. (LESSA, 2004:). Para Ademir Pereira dos Santos, tal avanço se deu, sobretudo, “(...) Depois da implantação do CTA (Centro de Pesquisa Aeroespacial), da Dutra, dos investimentos multinacionais e militares (...)”. (SANTOS, 1996: 25 apud LESSA, 2004: 3).

É indubitável a notoriedade industrial da cidade de São José dos Campos. Contudo, o campo e a cidade joseense estão entrelaçados. Desta forma, para entender as complexidades da conquista da terra no Vale do Paraíba, concentrado na atenção dada pelo Estado à Reforma Agrária, partimos da premissa de que “(...) o rural não pode ser

* Graduado em História pela Universidade Guarulhos (UnG) em 2007; pós-graduado em História: política, cultura e sociedades pela mesma Universidade em 2011. Atualmente, é professor de História no Colégio Diocesano Paulo VI. Agradeço ao Prof. Everaldo de Oliveira Andrade pela orientação, ao Prof. Alexandre Linares por facilitar meu acesso a documentações primárias e ao apoio das professoras Sílvia Roberta de Campos Mota e Cristiane dos Santos Chibante.

visualizado a não ser com suas relações complexas com o urbano” (MOREIRA, 2007: 281).

O rurourbano possui características onde o passado e o presente constantemente acompanham o assentado e isso ocorre por diversos fatores, no caso do Assentamento Nova Esperança I: 1) alguns assentados têm dificuldades para vender sua produção agrícola, por exemplo, falta de veículo para locomoção dos produtos, fazendo com que sua produção seja utilizada somente para própria subsistência, ou caso alguém o procure para negociar seu produto. Isso obriga o trabalhador rural à exercer um trabalho urbano, utilizando habilidades desenvolvidas ao longo de toda sua vida, como pedreiro, faxineiro...; trabalha na cidade e volta para sua residência no meio rural. Isso revela a falta de infraestrutura no assentamento e o real comprometimento que o Estado brasileiro tem com a reforma agrária; 2) Aqueles que possuem melhores condições de negociar seus produtos, um automóvel, por exemplo, tem uma facilidade maior para fazê-lo em função da localidade geográfica do assentamento, como lembra Claudio Collado Riechelmann, o Assentamento Nova Esperança I está situado na franja urbana da cidade. Assim, não era somente este assentamento, desde o primeiro dia de ocupação que estava formando um novo modelo de luta, mas o MST como movimento social em expansão que após aproximadamente 18 anos de existência, como tudo que tem vida, amadureceu diante da situação apresentada pelo momento.

Aos poucos o rurourbano no Vale do Paraíba tornou-se nova identidade laboral. Este novo meio de sobrevivência consiste no estabelecendo de uma cultura não arraigada no campo, mas nela permanecendo. Isso só é possível uma vez que os trabalhadores vêem pouca ou nenhuma perspectiva de trabalho exclusivo na cidade, justamente ao contrário do ocorrido até a década de 1970, quando trabalhadores rurais em boa parte nordestinos migraram para a região sudeste, consolidando o fomento industrial desencadeado com a revolução burguesa de 1930. Desde o surgimento do MST em meados dos anos de 1980, o fenômeno se desenvolveu amiúde rapidamente até os finais dos anos 1990 (OLIVEIRA, 2001).

Assim, é fácil perceber que a rurourbanização do Assentamento Nova Esperança I surgiu de um processo histórico que desencadeou esta nova estrutura de trabalho e de trabalhadores no campo. As condições objetivas, materiais estavam dadas, mas as condições subjetivas ainda estavam por serem construídas através do elemento humano.

O quadro de militantes sem terra que se fixaram com lonas pretas na fazenda Santa Rita em setembro/outubro de 1998, talvez, não tenha sido exclusivamente fruto da necessidade de produção em terras até então improdutivas, ou somente uma estratégia política do Movimento que decidiu voltar seus olhos para a cidade, tentando conscientizar e agrupar os camponeses migrantes, mas de fato, resultado concreto da intervenção dos trotskistas da *Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores*,¹ que viram no MST, através de uma reivindicação de amplitude nacional, a reforma agrária, um incentivador da aliança operário-camponesa.

Ouvidio, juntamente com outros trotskistas, Joel Gama, Beto e Jurandir – personagens centrais desta história – desempenharam papel de liderança agrupando famílias de cidades proletárias. Segundo Ouvidio, ele e outros membros de sua organização política organizavam reuniões em associações de bairros proletários ou nas casas dos trabalhadores de Osasco, ABCD, Guarulhos, Campinas, Porto Feliz, Mogi das Cruzes, Suzano, Brás, e a capital de São Paulo. Muitos destes nunca tiveram nenhum contato com o meio agrário e pertenciam ao exército industrial de reserva. A proximidade com a luta pela terra consistiu em uma oportunidade de emprego e a alternativa de uma vida longe dos males mais inerentes à sociedade urbana capitalista, onde o desemprego é somente uma parcela. Suas intervenções, talvez tenha sido o centro de árduos debates no âmago da Corrente O Trabalho. Todavia, pelo menos no caso do militante Ouvidio, seu passado fazia eco em seu presente, pois durante toda sua infância, foi criado no seio de uma família camponesa (LEAL, 2003).

Para tanto, o cotidiano militante, fez com que Ouvidio Ferreira Dias, e outros membros da Corrente O Trabalho do bairro de Guaianases, em São Paulo, entendessem que não é o revolucionário que faz a situação, mas a situação faz o revolucionário, de forma que o proletariado tende a viver constantemente em situações de dificuldades econômicas, algo que só a luta política pode solucionar. No caso em questão, os petistas/trotskyistas de Guaianases foram morar no próprio diretório do partido. Foi nesta perspectiva que a tentativa de levar o proletariado urbano para lutar por terra agrupados em um movimento rural se tornou alternativa de resolução imediata para diversos pro-

¹ A Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores, seção brasileira da Quarta Internacional é uma organização política que intervêm no interior Partido desde o ano de sua fundação, em 1980. Consideram-se fiéis ao Programa de Transição escrito por Leon Trotski em 1938 para fundação da Quarta Internacional.

blemas econômicos e sociais que se agravavam gradativamente. Foi numa reunião realizada no mês de junho de 1997, segundo a versão de Ouvidio, “o companheiro Petrica” expôs tais dificuldades. Imediatamente Ouvidio contactou outros petistas da cidade de Suzano e outras cidades da região do Alto Tietê que decidiram apoiar o movimento.

Os militantes estavam cada vez mais envolvidos com proposta de proporcionar uma vida melhor ao proletariado urbano. Em pouco tempo, a proposta se avolumou, formando uma rede de contato com trabalhadores em situações semelhantes, em boa parte, desempregados, convivendo em meio ao álcool, tráfico de drogas; não tendo acesso à lazer, esporte, fato comprovado nos relatos apresentados pelos próprios assentados nas diversas visitas realizadas ao Assentamento Nova Esperança I.

Mesmo assim, entre as diversas dificuldades, talvez a principal consistisse na contra ofensiva da classe dominante, que utilizava (e utiliza) os grandes meios de comunicação. Como tais trabalhadores viviam em situação de penúria, a forma na qual conheciam o mundo em que viviam era através da Rede Globo, SBT, eventualmente as revistas *Época*, *Veja* (SOUZA, 2004), porta vozes defensores de uma classe social oposta aos movimentos sociais. Isso significa que, em essência, não conheciam o movimento. Nas entrelinhas das notícias apresentadas por tais meios de comunicação, estão o interesse da classe dominante, o que dificultou o trabalho dos trotskistas do PT.

Estando agrupados em uma organização proletária internacional, a Quarta Internacional e, ao mesmo tempo o maior movimento social da América Latina, o MST, estes militantes sabiam que as condições para agir através da propaganda, comparadas a grande imprensa eram evidentemente pífias. Isto não desanimou os trotskistas, pelo contrário, na busca de organizar os trabalhadores utilizando o *jornal O Trabalho*² como ferramenta política, tiveram muito sucesso na árdua tarefa de combater o alicerce ideológico cimentado pela grande imprensa, agindo na contramão dos métodos que tendem a deixar os trabalhadores no campo da ociosidade política; esclareciam os motivos reais de suas mazelas, e, sobretudo ofereceram uma alternativa: *O agrupamento de trabalhadores da cidade foi feito através da conscientização, da discussão, do esclarecimento de como seria a ida para o campo, que seria ocupar terra. Na época nos dizíamos que a*

² Publicado quinzenalmente pela Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores desde 1º de maio de 1978.

pessoa ia para sua terra, iria criar forma de produzir para seu sustento (Entrevista realizada com Ouvidio Ferreira Dias, no dia 21/12/2010, grifo meu).

Do bairro de Guaianases, rapidamente passaram a atuar em outras localidades próximas, como na região do Alto Tietê e Osasco/SP. Embora ter vivido durante a infância no meio rural, Ouvidio teve a oportunidade fazer carreira no exército, quando em 1963, já sendo 3º Sargento do Exército, servindo no Depósito Regional de Moto Mecanizados da 2ª Região Militar (DRMM/2), em Osasco, após ter se agrupado no Partido Comunista Brasileiro (PCB), se tornou militante do Partido Operário Revolucionário-trotskyista, POR-t (LEAL, 2004:). A partir de então, entre outros militantes e organizações políticas de esquerda, contribuiu para derrocada do regime autoritário vigente entre 1964 e 1985. A trajetória desta personalidade política – principalmente nesta última região – contribuiu para conquistarem uma miríade de famílias dispostas a fazerem uma experiência com o campesinato. Somaram-se a um acampamento já existente desde 1995, no município de Tremembé (ex-fazenda Horto Tremembé, da Petrobrás, hoje Assentamento Conquista, com imissão de posse expedida em Maio de 1994); outras fazendas improdutivas posteriormente foram sendo ocupadas: em Taubaté (ex-fazenda Santa Terezinha, da Votorantin Celulose e Papel, hoje Assentamento Manoel Neto, com imissão de posse expedida em setembro de 2005), (RIEHELMANN, 2006: 86-87).

Contudo, era necessário territorializar o movimento. Assim, o MST ocupou no dia 16 de setembro de 1998 a fazenda Santa Rita. Este imóvel rural era propriedade do Banco da Amazônia, mas divulgada como sendo do grileiro Valdir de Almeida Pena³, que segundo o jornal *O Trabalho*, nº 452, “comprou, mas não pagou”. No dia seguinte à ocupação, um jornal de grande circulação na região noticiou o acontecimento utilizando jargão favorável ao grileiro e a elite vale paraibana, além de ignorarem ou omitirem a nova identidade em processo de formação:

Um grupo de 180 famílias de sem-terra *invadiu* ontem pela manhã a Fazenda Santa Rita, na estrada de Vargem Grande, na zona rural de São José dos Campos. [...] *O proprietário* da Fazenda Santa Rita, Valdir de Almeida pena, deverá encaminhar uma ação de reintegração de

³ Errata: no resumo deste trabalho, deve-se ler “grileiro” Valdir Pena e não “posseiro” Valdir Pena.

posse da *área invadida* ontem pelos sem-terra (RIECHELMANN, 2006: 28).

Estes trabalhadores vindos do meio urbano fizeram pressão para conquistar a fazenda Santa Rita, expulsando o grileiro Valdir Pena, exigindo que a terra fosse desapropriada para fins de reforma agrária. Mesmo sabendo que esta desapropriação, como todas até o momento em que escrevo, foi feita dentro do modelo de reforma agrária conservadora, como lembra o cientista político Miguel Carter (CARTER, 2010), eles acreditavam que o trabalho na terra lhes daria condições econômicas e sociais muito mais favoráveis que o mesmo realizado estritamente na cidade. Valdir Pena, mesmo não provando documentalmente ser proprietário da fazenda, entrou com liminar de reintegração de posse, tentando dismantelar a ocupação. Os sem terras, por sua vez estavam decididos a resistir e produzir na terra. Iniciou, assim, na região norte de São José dos Campos, localidade rurourbana, uma zona de conflito cujas consequências acelerou as negociações e a conquista da terra neste município.

Foram 64 famílias (NERA, acesso em 12/07/2010) assentadas, entre 17 de fevereiro de 2000 e 11 de maio de 2001 (NERA, acesso em 12/07/2010), no território que passou a ser chamado de Assentamento Nova Esperança I, sendo composto aproximadamente por 61% de desempregados, 12% de moradores de rua, 13% de ex sem-terros, 2% de aposentados, 9% eram militantes agrupados em partidos de esquerda e 1% compunham os líderes (RIECHELMANN, 2006: 345); estes eram naturais dos quatros cantos do Brasil: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo (RIECHELMANN, 2006:). O novo Assentamento Nova Esperança I, do MST, aos poucos, com dificuldades até hoje enfrentadas, entrou no rol da produtividade, nas palavras de Ouvidio Ferreira Dias: “(...) comparando a produtividade dos tempos de Valdir Pena, mesmo tendo uma produção não planejada, mais anárquica, a produção é incalculável (...)” (Entrevista com Ouvidio Ferreira Dias, realizada no dia 21/12/2010).

OS MÁRTIRES DO ASSENTAMENTO NOVA ESPERANÇA

A correlação de forças que foi estabelecida entre a tríade conservadora (FHC/Emanuel Fernandes [PSDB], Valdir Pena e a Política Militar) do Vale do Paraíba e os trabalhadores agrupados no MST, com o passar dos dias, se ampliou cada vez mais em torno de uma zona de conflito social. Esta situação foi reflexo de uma política contrária à reforma agrária imposta aos movimentos sociais que lutam pela conquista da terra. O quadro estatístico da política fundiária brasileira apresentada por Miguel Carter mostra que o governo FHC assentou 455.354 (51,8%) famílias, distribuída numa área de 18.991.384 (41,2%), números realmente significativos. Entretanto, também são notáveis os assassinatos por conflitos no campo, no primeiro mandato (1994-1998): 172 (13%); no segundo mandato: 120 (9%). Somente no governo Sarney⁴ houve número de mortes maior, 43%. Para Miguel Carter, no Brasil “esse é um problema de ordem estrutural” (CARTER, 2010: 292). Emanuel Fernandes (PSDB), à época prefeito de São José dos Campos, por pressão dos trabalhadores, no início, concedeu alguns recursos para que fosse começado o trabalho na então ainda fazenda Santa Rita, mas logo passou a agir de maneira conveniente ao Governo Federal. Neste contexto, os acontecimentos que seguiram à ocupação, representavam o tratamento dado pelo Governo Federal liderado por FHC e sua equipe. No caso estudado, FHC, representado na cidade por Emanuel Fernandes (PSDB), o grileiro Valdir Pena e a Polícia, formaram uma tríade de ação em prol de um denominador comum: o latifúndio.

Já que os trabalhadores estavam dispostos a permanecerem na terra mesmo após o pedido de reintegração de posse da fazenda, Valdir Pena e a polícia agiram com repressão e com assédio moral, métodos já muito conhecidos desde o surgimento da UDR (MENDONÇA, 2006). Os trabalhadores viveram verdadeiros dias de terror, sendo perseguidos pela própria polícia através de batidas policiais com pretextos insignificantes (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Bra-

⁴ Após a morte do presidente da república Tancredo Neves, eleito em 1985, José Sarney, até então vice-presidente, assumiu o cargo de presidente do país recentemente democrático. Entretanto, dados fornecidos por Miguel Carter, mostra que em toda a história do Brasil, foi no governo Sarney que houve o maior número de assassinatos no campo, 43%, nem mesmo os dois mandatos de FHC superam este número. Atualmente, Sarney é líder do senado brasileiro e sua família é proprietária da filiada da Rede Globo de televisão no Estado do Maranhão.

sil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos).

Jurandir dos Santos, um dos responsáveis pela adesão de novas famílias para o MST no Vale do Paraíba sofreu “quatro batidas policiais em Jacareí. Era detido, faziam algumas perguntas depois o soltavam (...)” (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos); jagunços circulavam nas redondezas da fazenda na tentativa de intimidar os trabalhadores. Para os sem terras da região, isso esclarecia a posição política dos oficiais da Polícia Militar, mesmo que está fosse de alguma maneira a eles imposta. A ação profissional deste aparato do Estado cooperou com Valdir Pena na região e com FHC em âmbito nacional. Diversas são as ocasiões que podemos constatar a ação política da Polícia Militar aliada com o fazendeiro Valdir Pena durante o mês de novembro e dezembro de 1998. Por exemplo: quando “os deslocamentos de membros do acampamento vêm sendo monitorados ilegalmente” (O TRABALHO, Nº 452); em uma das filmagens realizadas durante os momentos de tensão no acampamento, aparece uma voz feminina não identificada, dizendo: “a polícia esta com o celular do Valdir ai? Se tiver o Valdir manda o caminhão aqui já, ué (...)” (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos); Joquebede Bezerra de Oliveira, também militante sem-terra e companheira de Roberto, algumas vezes foi abordada por policiais passando por constrangimentos.

Em outra ocasião, ainda relatada pelo *Jornal O Trabalho*, “Houve grande movimentação de jagunços armados e encapuzados na fazenda vizinha. Na segunda-feira, 21 de dezembro (...) esse fazendeiro foi até a porteira da Santa Rita ameaçar: “Vocês vão pagar caro!”(O Trabalho, Nº 452).

No íterim destes eventos, na madrugada de 19 para 20 de dezembro de 1998, Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos, foram brutalmente executados com disparos de armas de fogo na cabeça. Roberto atuava junto à juventude e gostava de escrever; Jurandir, como já foi dito, recrutava novos trabalhadores para o movimento.

Roberto, Jurandir e Joel Gama no período da noite saíram do acampamento utilizando um automóvel como meio de locomoção, segundo este último, para trocar mercadorias por leite em outra fazenda. No decorrer do caminho, decidiram parar na lanchonete Queens Lanches, na cidade de São José dos Campos. Separaram-se quando se aproximava a madrugada, pois Gama decidiu voltar mais cedo para acampamento Nova Esperança, fazendo uso do automóvel, enquanto os outros optaram em permanecer na lanchonete e depois voltariam caminhando para o acampamento. Ao amanhecer o dia 20 de dezembro de 1998, os corpos de Roberto e Jurandir foram encontrados ambos próximos à Estrada Matarazzo. O laudo médico acusou traumatismo crânio encefálico, Jurandir com nítidas marcas de tortura. Ambos estavam sem nenhuma documentação, sendo reconhecidos no dia 23 de dezembro de 1998. (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos).

Aparentemente, a morte destes militantes fazia parte de um plano estratégico, pois, é necessário dizer novamente, Roberto agrupava a juventude que num futuro iria dar continuidade ao trabalho na fazenda; quanto a Jurandir, estava em trâmite a ação judicial em seu nome, contra a ação de reintegração de posse nomeada por Valdir Pena, ou seja, o despejo dos trabalhadores sem terra. Evidentemente, este ato foi o ápice da tentativa de expulsarem os sem terras do acampamento Nova Esperança I. Entretanto, a mesma teve efeito contrário.

Diversos setores se envolveram direta ou indiretamente com o caso, fazendo com que o comitê de campanha tivesse repercussão a nível internacional. No Brasil, organizações de trabalhadores e estudantes mostraram solidariedade de classe ao sem-terras do Vale do Paraíba inclusive no campo material. Entre a juventude, o DCE da USP, entidades estudantis da PUC/SP, a Pastoral da Juventude de São José dos Campos e trabalhadores vindos da São Caetano do Sul, região do ABC paulista (O trabalho, N° 452). Nos Estados Unidos, por exemplo, a campanha pela apuração das mortes de Roberto e Jurandir, impulsionou o militante estadunidense Baldemar Velazquez, a difícil tarefa de tentar organizar os trabalhadores dos Estados da Carolina do Norte e Carolina do Sul. Além dos EUA, a campanha ecoou em outros países como França, México e Inglaterra (O Trabalho, N° 452)

Estas mesmas organizações, estando mais uma vez o MST, a Correntes internas do PT, como a Corrente O Trabalho e a CUT encabeçando a comitê organizaram atos e manifestações com a finalidade de pressionar a justiça de São José dos Campos a investigar, no cumprimento da lei, o assassinato de Roberto e Jurandir, acusando como responsável pelo crime, em primeiro lugar, o Governo federal, por não fazer reforma agrária, seguido do fazendeiro Valdir Pena.

O primeiro ato aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1999, contanto com aproximadamente 400 presentes. Os militantes de base que dialogavam corpo-a-corpo com as massas colhiam assinaturas em um abaixo assinado para que o mesmo fosse entregue diretamente ao Governo Federal. Neste mesmo ato, foi decidido democraticamente por aclamação pública, que “se em dois meses o crime prosseguir impune, nós compareceremos em massa a um ato público, em 16 de abril, no largo de São Francisco, SP (...) (O Trabalho, Nº 451).

Passados dois meses, as reivindicações dos trabalhadores aclamadas no ato de São José dos Campos não foram atendidas. Como prometido, no décimo sexto dia de abril de 1999, foram para o Largo São Francisco, no centro de São Paulo, na Sala do Estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, símbolo da ciência jurídica no estado, no Brasil e palco de manifestações contra as medidas autoritárias de Getúlio Vargas após a instauração do Estado Novo (DULLES, 1984). Neste ato estiveram presentes 600 manifestantes, incluindo organizações políticas de esquerda como o PT e o PSTU, e autoridades como o senador Eduardo Suplicy e Plínio de Arruda Sampaio, Secretário Agrário Nacional do PT. Foi formada uma delegação para se dirigir ao Secretário de Segurança de São Paulo para “exigir a substituição do delegado titular do inquérito”, (O Trabalho, Nº 454) por julgarem não ter a polícia comprometimento com a investigação.

A campanha pela apuração da morte dos jovens Roberto e Jurandir, no âmbito político e a luta contra a reintegração de posse do fazendeiro Valdir de Almeida Pena, no terreno jurídico eram duas faces da mesma moeda. No ínterim dos atos e protestos por uma investigação objetivamente centrada na busca dos assassinos, os trabalhadores sem terras que ficavam no acampamento não se sentiram acuados frente à situação, fechando a estrada de Vargem Grande, que dá acesso à cidade de Caçapava, passando pelo acampamento Nova Esperança.

Considerando que todos no acampamento estavam de alguma forma, no mínimo, envolvidos com a resistência na terra, foi dado um conteúdo político aos assassinatos de Roberto e Jurandir. A campanha pela apuração dos assassinatos se consolidou, aparentemente, concomitante à tentativa de incriminar os próprios acampados. Quanto a isso o inquérito policial é elucidativo. De forma que alguns trabalhadores intimados para depor sobre o caso podem ter sido induzidos a utilizarem argumentos favoráveis ao fazendeiro Valdir Pena, o que é curioso tendo eles a necessidade de permanecerem na terra e serem assentados. É o caso de Roberto Medeiros Botelho, açougueiro de profissão, integrou o MST em julho de 1998 estando desempregado e sua renda era resultado de “bicos”, fez campanha junto aos moradores de rua do bairro do Brás, em São Paulo, para que estes viessem integrar o movimento; e José Carlos Souza, que no passado havia sido agricultor e no momento sobrevivia como carroceiro, integrando o MST em 1997, já havia passado por diversos acampamentos no Vale do Paraíba, como o acampamento fazenda Sapucaia, em Pindamonhangaba e Horto-Tremembé, em Tremembé. Em seu depoimento, Roberto Medeiros Botelho ressalta que “a história da morte dos integrantes do MST estava mal contada e que tinha certeza da participação do Sr. Gama, Stanislaw, preto e outro elemento acunhado (sic) de Arrastão (...)”, todos integrantes do MST. (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos).

Assim como o depoimento do Sr. Botelho, o depoimento de José Carlos Souza vai na contra-mão da maioria dos relatos apresentados e contra o combate à conjuntura política nacional, que era favorável a permanência do latifúndio e ao avanço do agronegócio. No inquérito, José Carlos menciona somente uma das lideranças do acampamento, Joel Gama. Tudo indica que o delegado de polícia Carlos Eduardo Silveira Martins, tinha como objetivo fazer de Joel Gama o principal suspeito dos crimes. No inquérito Jose Carlos afirma que,

(...) de maneira nenhuma seria possível a participação do proprietário da fazenda na morte das vitimas Beto e Jurandir, pois ele tem a justiça para resolver a respeito da propriedade da terra; que não acredita também que houve participação de policiais militares, pois soube que os mesmos só agem com determinação judicial, e pelo que se sabe

não ouve nenhum confronto (...) que realmente o Sr. Joel Gama era uma pessoa, pelo pouco contato que teve, muito nervosa e destratava as pessoas que compareciam no acampamento (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos.

Também foi chamado para depor o militante trotskista Ouidio Ferreira Dias. Seu depoimento consistiu não nos assassinatos de Roberto e Jurandir, mas fundamentalmente nos bloqueios policiais após a ocupação da fazenda Santa Rita e supostos crimes ocorridos em seu passado. A esse respeito o inquérito registra que:

(...) perguntando ao depoente se já respondeu a algum Inquérito Policial ou processo crime informou que só respondeu a um Inquérito ou Processo, mas isso no tempo da ditadura, sendo que foi absolvido. (...) nesta ocasião exibiu a pesquisa criminal relacionada a pessoa do depoente nos crimes previstos no artigo 180, 304, 171, 298, 299,⁵ todos do código penal, tendo o depoente afirmado que desconhece todos esses Inquéritos e Processos envolvendo a pessoa. (...) o depoente disse que teve seus documentos furtados por duas vezes, sendo que ambas já registrou ocorrência. (...) Quer consignar mais uma vez que nunca foi chamado em nenhuma Delegacia para depor nos inquéritos constantes na folha criminal, sendo que somente nesta ocasião é que toma conhecimento dos devidos registros contra a sua pessoa (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos).

Igualmente intimado para depor, foram José Maria da Costa e Maria Angélica Alves, proprietários da lanchonete Queens Lanches, na qual Ouidio e sua companheira Marilise, após a chegada de Roberto, Jurandir e Joel Gama, decidiram se divertir

⁵ O artigo 171 do código penal diz respeito à Furto Qualificado. Todos os outros dizem respeito à prisão, no caso, decorrente a este furto.

na noite de 19/12/1998. Registra o Inquérito policial que o Sr. José se complicou ao explicar a presença de Gama em sua lanchonete. Consta no Inquérito que estando o casal e Joel Gama em depoimento:

José Maria da Costa e Maria Angélica Alves afirmam que Joel não esteve no estabelecimento comercial denominado Queens Lanches na noite do dia 19/12/1998. Dada a palavra a Joel: Acrescentando que não somente lá esteve (...), como também foi muito bem atendido por Jô [José Maria da Costa] (...). Dada a palavra a José Maria da Costa: Se Joel esteve no bar no dia 19/12 eu não vi, pois o bar estava muito cheio. Assim, não tem certeza se Joel esteve ou não no bar (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos).

A investigação sobre o que ficou popularmente conhecido como “caso Beto-Jurandir” durou aproximadamente um ano e cinco meses. No inquérito, constam diversos depoimentos, sendo os depoentes em maioria, os próprios sem terras do Vale do Paraíba, tratados como envolvidos no crime. O fazendeiro Valdir de Almeida Pena, em sua declaração ao delegado Carlos Eduardo Silveira Martins, se colocou como vítima ressaltando que a fazenda era sua propriedade (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos). A maneira como as autoridades tatearam o caso é próprio do período. Um renomado advogado público do Rio Grande do Sul, Leandro Gaspar Scalabrin, esclarece que

(...) historicamente os movimentos sociais são combatidos de três maneiras: ignorando-os, cooptando-os ou criminalizando-os. Quando não se consegue cooptá-los depois de terem sido ignorados e continuarem existindo, o remédio é considerá-los crime. E ao considerá-los crime não é por que se é contra o “movimento” em si, (...) mas é por serem contra aquilo que ele propõe de concreto (SCALABRIN, 2008: 207).

Assim, os acontecimentos inerentes ao período histórico (governo Fernando Henrique Cardoso), se tornaram comum em todo o país a impunidade frente aos assassinatos de integrantes dos movimentos sociais. O inquérito policial referente as mortes de Roberto e Jurandir foi arquivado por falta de provas (SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO [Brasil, São José dos Campos]. Inquérito policial/homicídio doloso de Roberto Duarte de Oliveira e Jurandir dos Santos.) Fica claro uma determinada porcentagem de descaso por parte das autoridades competentes na investigação do crime, pois, o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra de 1998, sobre os assassinatos no campo, indicam como “pistoleiros” os indícios da autoria destes crimes (CPT, Relatório Assassinatos no Campo). Alguns casos a este semelhante, após muitos anos e sob pressão dos movimentos organizados de trabalhadores, colheram resultado profícuo e exemplar, como o “fazendeiro condenado pela morte de padre Jósimo” (MST, acesso em 16 de setembro de 2010), Osvaldino Teodoro da Silva, vulgo Mundico, condenado a 16 anos de prisão, impune desde 1986.

CONCLUSÃO

Ainda há muito a ser pesquisado sobre a luta pela terra no Vale do Paraíba, como por exemplo, as negociações da fazenda Santa Rita com o Banco da Amazônia; o envolvimento de padres engajados na conquista da terra na região; merece uma investigação detalhada, o debate sobre a produção individual ou coletiva no Assentamento Nova Esperança I e a proposta da Comuna da Terra. No entanto, pelo que foi exposto acima, é possível fazer algumas conclusões acerca da Questão da Terra no Vale do Paraíba, onde o MST, um dos principais movimentos sociais da América Latina é personagem central.

No Brasil, são poucos os assentamentos rurais que possuem características rurourbanas como no Vale do Paraíba. Esta nova realidade que veio à luz no século XXI, talvez corresponda à forma objetiva da luta pela terra na região. Faltou, porém, a condição subjetiva alicerçada pela aliança operário-camponesa. Esta aliança, por sua vez, se constituiu através da ação dada pelos militantes trotskistas no interior do MST.

A ação dos trotskistas e a campanha pela apuração dos assassinatos de Roberto e Jurandir passaram a andar juntas, uma vez que tais assassinatos possuem uma conotação política. O assassinato dos recém militantes da Quarta Internacional engendrou uma campanha internacional pela apuração dos crimes. Ou seja, no movimento estava inserido um caráter militante no qual rememora os princípios precursores dos movimentos sociais do século XIX: a aliança operário-camponesa e a solidariedade internacional. Foi o movimento operário-camponês que esteve nos holofotes da imprensa e do governo como principal opositor aos interesses capitalistas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra em seus arquivos somente duas mortes entre o período de abertura do ciclo de ocupações no Vale do Paraíba (1994) e a conquista da Fazenda Nova Esperança I (2000) (CPT, Relatório Assassinatos no Campo). Este mesmo assentamento, como já dizemos, os trabalhadores não tardaram a conquistar, diferente das outras fazendas conquistadas no período no Vale do Paraíba e no Brasil. Isso revela, que se campanha pela apuração das mortes destes jovens militantes, não serviu para punir os verdadeiros culpados, contribuiu, todavia, para acelerar a conquista da terra na região. Entretanto, tal sucesso não significa que os culpados não devem ser punidos ou que o inquérito policial referente ao caso não deve ser reaberto.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Revolução Boliviana. São Paulo: UNESP, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da História, ou, o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BRANFORD, Sue. Lidando com Governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. *in*: CARTER, Miguel (org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, UNESP, 2010.

CARTER, Miguel (org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

DULLES, John Foster. A faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LEAL, Murilo. À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo, (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MÀO JR. José Rodrigues. A Revolução Cubana e a Questão Nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990). *In*: João Pedro Stedile (org). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Terra, poder e território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PINSKI, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

RIEHELMANN, Claudio Collado. Rurbanização Desenvolvimento e Vida: o caso do assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos. 2006. 354 f. Dissertação (mestrado) Desenvolvimento Urbano e Regional. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

STEDILE, João Pedro. (org). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado. Vol. 1 e 2. 13 Ed. Rev. e Atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WOLF, Eric. As guerras camponesas do século XX. São Paulo: Global, 1984.

ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS E REVISTAS

ANÔNIMO. Comissão Internacional “justiça para Jurandir e Roberto”. O Trabalho. São Paulo, 24 de março à 14 de abril de 1999. 452, Nacional, p.8.

LESSA, Simone Narciso. São José dos Campos: o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lutar da História. 6 a 10 de setembro de 2004, ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, p.1-8. Cd-rom.

LUZ, Marcio da Silveira; MINARI, Gustavo Matheus; Santos; Isabel Cristina dos. Aglomerações industriais no setor aeroespacial e automobilístico no Vale do Paraíba Paulista: uma comparação de trajetórias de formação. Journal of Aerospace Technology and Management. Abril de 2010, p. 71-81. Disponível em <http://www.jatm.com.br> acesso em

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, IEA/USP, São Paulo, v.15 nº 43, p.188, 2001.

RICCI, Fabio. Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista. *In*: I Congresso de Pós Graduação em História Econômica da USP. : I Congresso de Pós Graduação em História Econômica da USP; São Paulo: Humanista/EDUSP, 2000. v.1 p. 179-189.

RICCI, Fabio. A economia cafeeira no Vale do Paraíba paulista na república Velha: uma avaliação. Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento Regional. Vol.4, nº3 (número especial), Taubaté, p. 105-117, agosto de 2008. Disponível em <HTTP://www.rbgdr.net> em 04/12/2010.

SANTOS, Ademir Pereira dos. “De cobaia a feiticeiro (ou para se ler algumas passagens algumas passagens urbanas recentes em São José dos Campos) in Cadernos do CIRC – Centre de Informação e Referencias Culturais. São José: a cidade, a cultura e o seu tempo. Ano I – nº1 São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro, 1996.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. O crime de ser MST. Observatório Social da América Latina, Argentina, ano IX, nº24. p.201-208, 2008.

ZOCCHI, Paulo. Ato em São José dos Campos reúne 400. O Trabalho. São Paulo: 3 de março à 17 de março de 1999, 451, Nacional, p.8

ZOCCHI, Paulo. 600 pedem justiça em São Paulo. O Trabalho. São Paulo: 28 de abril a 2 de maio de 1999, Nacional, p.3.